

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIVERSIDADES E A SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Dayeny Karyne Cordeiro Sabino Braga¹
Luciana Sabino da Silva de Oliveira²

1. Introdução

O artigo analisa as consequências da precarização das relações e condições de trabalho na saúde do servidor público principalmente nos aspectos físicos e mentais de vínculos distintos (efetivos e temporários) em duas universidades públicas brasileiras entre os anos 2011 a 2014.

A pesquisa de campo foi realizada em duas universidades públicas da região sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo) e foi usada como técnica a aplicação de questionário fechado e semi-aberto. Para cada universidade, foi aplicado um questionário diferente. O questionário aplicado aos servidores readaptados da UERJ conteve nove perguntas. O segundo questionário, aplicado junto aos professores substitutos da UFES, teve 46 perguntas.

Na universidade localizada no Rio de Janeiro que possui em média 6.000 (96%) trabalhadores estatutários, desses, 252 (4%) encontra-se em situação de readaptação funcional e

¹ Assistente Social, mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). E-mail: dayeny_kcs@hotmail.com

² Assistente social, especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz, Brasil. E-mail: luciana.s.s.oliveira2012@gmail.com

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

são acompanhados pelo Departamento de Saúde do Trabalhador (DESSAÚDE) e também pela Comissão Interdisciplinar de Readaptação Funcional (CIRF) (2011). Dos 252 servidores readaptados acompanhados pelo DESSAÚDE/CIRF, 32 (11%) estão em acompanhamento regular no PESUERJ.

Já a coleta de dados realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) aconteceu em 2014 em que registrava 121 professores substitutos ativos. Desse total participaram da pesquisa respondendo os questionários semi-estruturados os professores substitutos contratados nos anos de 2013 e 2014 num total de 38 docentes e que concordaram em participar da pesquisa e estavam no exercício da docência há pelo menos seis meses, haja vista a necessidade que o sujeito da pesquisa já tenha vivenciado a rotina de trabalho docente, assim como se apropriado dos aspectos próprios deste trabalho.

Os dados coletados foram transformados em tabelas e gráficos e posteriormente analisados tendo como referencia um arcabouço de autores que fazem parte da teoria crítica para interpretar a realidade apresentada com rigor e criterios éticos.

A opção pelo método dialético se justifica pela clareza de que é o que mais nos permite aproximar da realidade social, na medida em que desoculta as dimensões da precarização do trabalho e suas incidências sobre a saúde dos trabalhadores objeto desta pesquisa, além de possibilitar a análise da precarização do homem que trabalha (ALVES, 2013).

A pesquisa realizada na UERJ foi aprovada pelo Comitê de Ética pelo parecer nº 945.123 e na UFES pelo parecer nº 926.955 e estão de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

2. Panorama sócio-político

No modo de produção capitalista, a relação social entre trabalho e capital é permeada por contradições inerentes ao desenvolvimento deste sistema. Nele a mercadoria, oculta as relações sociais envolvidas nos procesos de trabalho e de valorização: o trabalho assalariado aparece como

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

sinônimo de liberdade e o contrato de trabalho mistifica a relação patrão-trabalhador, como se ambas as partes estivessem em condição de igualdade (MARX, 2013).

Para Marx (1984), o processo de produção capitalista se constitui, necessariamente, num processo de acumulação. A lei tendencial da queda da taxa de lucro³, analisada por Marx a partir da teoria do valor, mostra como essa tendência se manifesta a longo prazo, assim como os fatores contrariantes que buscam inverter esta lei. Para tanto, o capital se utiliza de algumas estratégias para aumentar a produtividade, buscando manter ou aumentar sua taxa de lucro, tais como: elevar o grau de exploração da força de trabalho, baratear os elementos do capital constante, comprimir os salários abaixo do seu valor, dentre outras.

Aqui nos interessa a elevação do grau de exploração da força de trabalho, que ocorre por meio de dois mecanismos: o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho, que permitem a apropriação de mais trabalho e de mais valia pelos capitalistas (MARX, 1984). Estes processos incidem diretamente na saúde e nas condições de vida dos trabalhadores.

Especialmente a partir do pós II Guerra Mundial, o modo de produção capitalista buscou na Gerência Científica de Taylor, incorporada ao padrão de produção fordista, a estratégia principal e hegemônica de elevação da produção. Com a crise dos anos 1960-70, os centros de decisão do capital buscam novos mecanismos para recuperar a taxa de lucro, pautando-se então, na acumulação flexível, baseada no padrão de produção toyotista.

2.1 A precarização do trabalho sob as mudanças nos processos produtivos

No padrão produtivo orientado pelo taylorismo-fordismo, o trabalho era racionalizado e as atividades eram executadas sem se requisitar reflexão do trabalhador, pois o trabalho era prescrito pelo corpo gerencial (BRAVERMAN, 1974). O acompanhamento da saúde nesse período era orientado para evitar o absenteísmo, que se constituía como um empecilho à produção plena.

³ Para maior aprofundamento ver: Marx, 1984.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Criou-se então, a Medicina do Trabalho, como um modelo de assistência à saúde do trabalhador, que tinha como objetivo aumentar a produtividade (PENA; GOMES, 2011).

Já nos anos 1970/1980 surgem como resposta à crise do capital, novas formulações para a gestão da produção e do trabalho (MOTA; AMARAL, 2010). Denominada como reestruturação produtiva, estas mudanças têm como objetivo dinamizar ainda mais a produção também através da “flexibilização” das relações e condições de trabalho. Com isso, ocorre maior precarização do trabalho, tendo como característica o desemprego, o subemprego, a diferenciação nos contratos de trabalho, terceirização, desemprego tecnológico, dentre outros aspectos.

As características do novo padrão se colocam também como agravos às condições de saúde e trabalho (PENA; GOMES, 2011) ao requisitar um “novo comportamento produtivo” do trabalhador. Criou-se a necessidade de maior “colaboração” e de “zelo” que se dão através de uma ideologia do sistema capitalista que enaltece o trabalhador “colaborador”, o qual é requisitado de forma cada vez mais intensiva, a partir de estratégias tais como a polivalência, a proatividade, capacidade de liderança e de trabalho em grupo e, conseqüentemente, pelo reforço da racionalidade meritocrática, mensurada pelas sucessivas avaliações de desempenho (CESAR, 2010; MOTA; AMARAL, 2010).

A reestruturação produtiva tem como fator agravante a ofensiva do neoliberalismo no século XX. Neste contexto, do ponto de vista das políticas e dos direitos sociais, o Estado minimiza ao máximo as suas ações no que diz respeito à proteção social, tornando-se um “Estado Mínimo” (Netto, 1993), possibilitando que as empresas privadas atuem na sociedade, privatizando o espaço público. Essas mudanças aprofundam as conseqüências à saúde e condições de trabalho, tendo em vista a intensificação do ritmo, a sobrecarga psíquica, a multiplicidades de funções e a sobrecarga, revelando maior desgaste físico e mental desse trabalhador (PENA; GOMES, 2011).

Este processo de reestruturação também incidiu nos serviços públicos, como a saúde, a educação, a previdência social etc., que passam a ser subordinados à lógica do mercado. Desta forma, a precarização que discutiremos aqui é a precarização estrutural do trabalho, que se reflete

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

também no desmonte da legislação trabalhista e na intensificação da exploração do trabalho, com graves consequências à saúde dos servidores públicos (ALVES, 2013; ANTUNES, 2008A; DAL ROSSO, 2008).

2.2 De que saúde falamos?

Mediante a impossibilidade de definir o que é a saúde e o que é a doença quando pensadas isoladamente, a análise do processo saúde-doença implica as relações entre a saúde e a produção social e econômica de determinada sociedade. Deste modo, os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, biológicos e psicológicos que articulam as diversas dimensões da vida humana devem ser considerados no estudo do processo saúde doença de um grupo (BATISTELLA, 2007).

Laurell (1982) situa esse paradigma da doença enquanto processo social nos fins da década de 1960, como produto da crise política e social que acompanhou a crise econômica do capitalismo neste período. Neste contexto as lutas populares ganham fôlego e questionam o modo dominante até então de satisfazer as necessidades da classe trabalhadora. Esse movimento se espalha tanto pelos países avançados, como pelos dependentes e culminam em novas correntes de pensamento e em novas práticas sociais.

O conceito ampliado de saúde a constitui também como direito social. Esta concepção amadureceu no âmbito do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, que entre as décadas de 1960 e 1980 e articulada aos movimentos sociais latino americanos, experimentou um período de intensa luta em defesa da redemocratização do país, como resposta ao regime militar e à crise do sistema de saúde pública brasileira que se tinha até então. A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 em Brasília, representa o marco histórico da formulação do conceito ampliado de saúde, enquanto direito social (BATISTELLA, 2007).

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil eleva as conquistas em saúde, mas destacam-se as conquistas no campo da Saúde do Trabalhador. Isto é, trata-se da proposta de

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ruptura e superação para as questões de saúde dos trabalhadores diferenciando-se dos modelos reducionistas de Medicina do Trabalho e de Saúde Ocupacional⁴, devendo ser objeto dos direitos humanos e sociais, quanto à proteção em saúde. Dentro dessa perspectiva eleva-se a saúde ao âmbito da proteção do corpo do trabalhador, abrangendo a sua saúde física e psíquica, dentro dos princípios de integralidade e universalidade do SUS (PENA; GOMES, 2011).

Para melhor compreensão do conceito de saúde do trabalhador, reportamo-nos ao que se originou com o Movimento Operário Italiano (MOI) em 1961. O MOI nasce, na Itália, após o contexto histórico das duas guerras mundiais e, posteriormente, ao fascismo. Nesse período, a luta operária se encontrava enfraquecida, diferentemente do contexto vivenciado no início do século XX. Dentro desse novo contexto, os números de acidentes de trabalho na Itália e na Europa cresciam vertiginosamente (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011).

Devido ao grande aumento dos acidentes de trabalho, desde 1950, começaram a surgir ações dentro das fábricas, a partir de sindicatos e partidos políticos. O momento histórico solicitava atuações em que o protagonista fosse o próprio trabalhador, tanto no controle do que de fato era nocivo no ambiente de trabalho, quanto pelo “reconhecimento, por parte dos trabalhadores, do poder do seu saber” (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011, p.385). O MOI influenciou outros movimentos como a Reforma Sanitária brasileira, que culminou na VIII Conferência Nacional de Saúde e na I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, ambas em 1986 e, posteriormente, na Constituição Federal de 1988, na criação do SUS, enquanto política pública de saúde, e na concepção que é adotada atualmente de Saúde do Trabalhador no Brasil. Assim o MOI surge para modificar conceitos e romper com paradigmas em defesa da saúde, colocando o trabalhador como “ator/sujeito fundamental” no ambiente de trabalho, a partir das suas vivências e experiências.

O movimento de Reforma Sanitária no Brasil estabeleceu a perspectiva ampliada de Saúde Pública. Assim, nos moldes do MOI, surgiu o conceito ampliado de Saúde do Trabalhador,

⁴ Sobre a Saúde Ocupacional ver Vasconcellos, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

consolidado com a Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.080, de 19 de Setembro de 1990. A saúde do trabalhador passa a ser “direito de todos e dever do Estado”, rompendo com as restrições da Saúde Ocupacional, de direito contributivo, universalizando o direito à saúde (BRASIL, 1988; 1990). Um dos aspectos fundamentais da abordagem da atenção à saúde se constitui pela participação dos trabalhadores em todas as ações de saúde, valorizando o conhecimento do trabalhador sobre o processo de trabalho, além do controle social sobre a saúde dos trabalhadores. Esta nova concepção transcende assim os direitos trabalhistas e previdenciários, e os demais direitos que eram estabelecidos através de contratos, reafirmando o direito à saúde no âmbito de cidadania plena, adquirindo o trabalhador o controle da sua própria vida, saúde e trabalho (VASCONCELLOS, 2011).

3. Trabalho precário no serviço público e seus impactos na saúde dos trabalhadores

A precarização do trabalho assalariado no serviço público, e mais especificamente, nas universidades brasileiras tem impactado a saúde dos servidores públicos, aumentando o índice de adoecimentos e aprofundando o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho (BORSOI, 2012; OLIVEIRA, 2013; ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013).

Adota-se aqui a concepção ampliada de saúde relacionada à Determinação Social do Processo Saúde Doença (BATISTELLA, 2007). Todavia, o objetivo desta análise não consiste em traçar um perfil da relação trabalho-saúde na atualidade, tampouco adentrar profundamente nos campos da Epidemiologia ou da Psicopatologia do Trabalho. O objetivo é analisar as consequências da precarização do trabalho dos servidores públicos das universidades brasileiras na sua saúde.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

3.1 Saúde e precarização do trabalho no serviço público: duas universidades em questão

Coube à pesquisa realizada na UERJ verificar qual a percepção que os trabalhadores readaptados e atendidos pelo PESUERJ⁵ têm sobre a readaptação e sobre as relações entre o trabalho e a saúde, identificando quais são as possíveis repercussões deste processo que eles percebem no que diz respeito à lotação, função/atividade, rotina e ritmo, organização e relações de trabalho.

Tendo em vista a caracterização sociodemográfica, assim como a situação funcional do grupo de trabalhadores readaptados acompanhados pelo PESUERJ, a exposição realizada a seguir está fundamentada no levantamento realizado junto à esses trabalhadores readaptados que são atendidos pelo referido programa em novembro de 2011, quando foram aplicados os questionários este grupo era representado por 32 trabalhadores. Entre estes, 22 responderam ao questionário.

Em relação ao estado civil dos trabalhadores readaptados acompanhados pelo PESUERJ, observou-se que a maioria dos trabalhadores possui algum tipo de vínculo matrimonial, o que suporia uma maior rede de suporte tanto material quanto emocional. Porém, o que se percebe nos casos acompanhados é que os intensos conflitos que se colocam no âmbito do trabalho se expandem para as demais áreas da vida desse trabalhador. As limitações físicas não se estabelecem apenas nos locais de trabalho, mas se revelam também no cotidiano, além da falta de compreensão da família, segundo relato dos trabalhadores, demonstrando que não há como separar completamente as questões do trabalho das familiares, pois esses dois aspectos estão relacionados e ligados pela incapacidade desse trabalhador/sujeito em exercer atividades para as quais, antes, estava plenamente “capacitado” (DEJOURS, 1992).

⁵ Neste grupo de servidores em readaptação funcional, encontram-se tanto professores quanto técnicos da UERJ, todos efetivos, ou seja, com vínculo de emprego estável.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Quanto ao tempo de serviço na instituição, não há nenhum trabalhador com menos de 14 anos de trabalho, tendo a maioria dos trabalhadores da pesquisa entre 18 e 26 anos de serviço, com variação geral entre 14 e 33 anos de trabalho na instituição pesquisada. Além disso, percebe-se que a maioria desses possuiu entre 50 e 59 anos, mostrando que o trabalho não adocece num curto prazo, tornando até mesmo, em alguns casos, difícil de relacionar o nexos causal do trabalho com o adoecimento.

Quanto ao conhecimento e percepção sobre o processo de readaptação funcional, isto é, a concepção de direito ou benefício da legislação, dentre outros, percebe-se que 17 (77%) não tinham informações sobre o tema no momento em que ocorreu a readaptação. Os dados revelam que apenas 05 trabalhadores (23%) detinham alguma informação. Entre as informações que esses trabalhadores detinham, verifica-se também uma diversidade, pois cada um possuía uma informação distinta, sendo que nenhuma das informações caracterizavam o processo de readaptação funcional como um direito do trabalhador, o que evidencia a visão restrita de direitos sociais. Esse quadro chama atenção, mais ainda quando se considera significativo o quantitativo de trabalhadores que não detinha informação (77%).

A maioria dos trabalhadores acompanhados pelo PESUERJ foi readaptada por motivos físicos (54,5%), principalmente por Lesões por Esforço Repetitivo (L.E.R.), e não pelo sofrimento psíquico como se poderia esperar, o que fortalece ainda mais o zelo e a preocupação do presente estudo com relação ao processo que se estabelece após a readaptação funcional. Também, vale salientar que nove dos trabalhadores (40,0%) responderam que a sua readaptação foi gerada por questões tanto físicas quanto mentais.

Foi possível, também, identificar através dos dados secundários os principais motivos geradores e/ou agravantes do sofrimento psíquico desses trabalhadores. Dentre os motivos, os principais se constituem pelo agravamento dos sintomas físicos, causados em sua maioria por L.E.R., podendo refletir no psíquico. Entre eles podem ser destacadas a precariedade do número de funcionários no setor, o medo da mudança de setor, a falta de respeito dos colegas, além das condições de trabalho precarizadas, tanto na sua estrutura física como na carência de meios de

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalho como gaze, luvas, dentre outros, revelando que a readaptação não tem promovido a saúde desses trabalhadores e sim agravado esse processo, principalmente na relação com os colegas de trabalho, assim como na peregrinação que o trabalhador readaptado inicia de setor em setor, à procura de nova inserção ocupacional e/ou por não conseguir se manter naquele local de trabalho após a readaptação.

Os relatos também revelam que a precariedade do número de funcionários no setor faz com que o próprio trabalhador readaptado desrespeite os seus limites fazendo atividades que são prejudiciais à sua saúde, mas também que a sua não realização pode significar sobrecarga para o seu companheiro de trabalho. Essa relação de trabalho conflituosa acaba por proporcionar a falta de respeito dos colegas que se veem prejudicados quando trabalhando com um servidor readaptado, assim como ameaçado, já que o trabalhador adoecido, e por isso readaptado, revela um processo de trabalho adoecedor, tornando-se um risco para os demais trabalhadores (DEJOURS, 1992).

As relações no ambiente de trabalho que mais ficam comprometidas após a readaptação é a relação desse trabalhador readaptado com os companheiros de trabalho. Assim, a ocorrência de discriminação e marginalização do trabalhador é o que mais aparece no depoimento desses trabalhadores tanto pela sobrecarga que pode gerar quanto pela exposição do coletivo de trabalhadores ao evidenciar as cargas e riscos que aquele trabalho apresenta. Quebra-se, assim, com a “estratégia de defesa do grupo” (DEJOURS, 1992), pois esta se torna pública e evidente para todos.

Assim, 73% afirmaram que tiveram dificuldades em se inserir, após a readaptação, sendo as principais relacionadas às limitações das atividades, ao assédio moral, à discriminação, à “perseguição” e quanto ao trato com a equipe de trabalho. A partir desta análise pode-se observar que a carga social⁶ está presente no depoimento e na vivência desses trabalhadores, como afirma Freire (2003). Dessa forma a readaptação é apontada como um entrave e um dilema na

⁶ Quanto às cargas sociais ver Freire (2003). Quanto às cargas de trabalho e desgaste ver Laurell (1989).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

instituição, tendo em vista que são poucos os trabalhadores que a vivenciam de forma diferenciada, como perspectiva de um novo trabalho criativo e de novas possibilidades.

Também para fora do setor desses trabalhadores, percebe-se a negligência, ou o pouco cuidado da própria instituição quanto à questão, reforçando a violência que esses trabalhadores vivenciam apesar dos esforços de articulação, promoção e prevenção em Saúde do Trabalhador, tanto por parte do PESUERJ, quanto por parte do DESSAÚDE/CIRF que não atuam sozinhos na instituição, mas possuem uma autonomia relativa.

Quanto à percepção da readaptação como direito, 45,4% dos trabalhadores reconhecem a readaptação enquanto um direito do trabalhador, apesar de todas as repercussões na vida laborativa após a mesma. A partir do exposto, pode-se perceber que apesar de todo sofrimento que é desencadeando a partir da readaptação, a mesma também significa para esses trabalhadores a possibilidade de continuar no processo de trabalho, no cotidiano do trabalho. Poderia, então, supor que não se constitui diretamente o direito como gerador desse sofrimento, mas sim as suas repercussões no processo de trabalho e a má execução dos termos da readaptação funcional, assim como a falta de esclarecimento quanto à readaptação tanto para os companheiros de trabalho quanto para as chefias.

O trabalhador readaptado também vivencia a contradição do reconhecimento da readaptação funcional enquanto um direito, pois a mesma traz repercussões negativas na vida profissional e pessoal, mostrando a própria contradição da sociedade capitalista, que busca explorar o corpo e a mente do trabalhador negando as conquistas e direitos dos mesmos. Reafirma-se assim a lógica da produtividade onde o trabalhador se vê proibido de adoecer, sendo discriminado por seus companheiros de trabalho, além de culpabilizar-se por esse processo. Assim a pesquisa revela considerável descontentamento profissional e sentimento de improdutividade, além da dificuldade de aceitar-se enquanto trabalhador readaptado (MOTA, 2011).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Em relação à precarização do trabalho dos docentes substitutos⁷ da UFES e suas consequências na saúde destes trabalhadores, na forma de sofrimento psíquico e/ou adoecimento, chamou-nos atenção o fato desse segmento profissional ser composto por trabalhadores bem qualificados e cujo vínculo de trabalho é marcado pela precarização, o que logo se evidencia no contrato de trabalho temporário.

De acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES, havia em junho de 2014 na universidade 121 professores substitutos cujo contrato de trabalho estava em vigência⁸. A aplicação do questionário semi estruturado se deu a 67 professores substitutos da UFES que trabalharam na universidade nos anos 2013 e 2014 e que estavam no exercício da docência há pelo menos seis meses, dos quais 38 responderam (56%).

No que diz respeito ao perfil dos participantes da pesquisa, constatamos que é predominante o gênero feminino (63%). 11% deles têm entre 20 e 25 anos de idade, 28% têm entre 26 e 30 anos, 28% têm entre 31 e 35 anos, 24% entre 36 e 40 anos, 3% entre 41 e 45 anos, e 6% está acima dos 45 anos. Em relação ao estado civil: 50% dos professores substitutos são casados, 44% são solteiros, 3% mantêm união estável e 3% são divorciados. 5% são graduados, 16% são especialistas, 10% têm mestrado incompleto, 32% são mestres, 19% têm doutorado incompleto e 18% são doutores.

O trabalho de professor substituto pode significar, simultaneamente, oportunidade para aqueles que ensinam a carreira docente de se inserirem na universidade federal, mas também evidencia uma gama de jovens trabalhadores altamente qualificados que não encontraram emprego estável no mercado de trabalho (SABINO, 2015). Esse segmento de trabalhadores pertence ao precariado, cuja composição é caracterizada por trabalhadores jovens-adultos, que a

⁷ Esta categoria de professores, que não pertencem ao quadro profissional permanente da universidade é regida pela Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993 junto a outras categorias caracterizadas pela contratação temporária a fim de atender a interesses públicos.

⁸http://progep.ufes.br/sites/default/files/Quadro_de_Recursos_Humanos_da_Universidade.pdf (recuperado em 04 de junho de 2014).

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

pesar de altamente escolarizados, estão desempregados ou em vínculos de trabalho precários (ALVES, 2013).

As respostas aos questionários também evidenciaram que os professores substitutos da UFES enfrentam a carência de futuridade (ALVES, 2013). A provisoriedade do contrato de trabalho dissemina entre os trabalhadores sentimentos de insegurança e instabilidade, advindos da incerteza quanto à renda futura, bem como dificuldades de planejar o futuro, isto é, de criar projetos de vida, e não apenas profissionais. Os dados apontaram, dentre outras coisas, que a provisoriedade do contrato de trabalho implica em convivência com a incerteza da renda futura (29%), dificuldades de planejar o futuro (28%), sobrecarga de trabalho (12%), ansiedade (11%) e dificuldades nas relações familiares (1%).

A sobrecarga de trabalho, principalmente nos casos de professores substitutos que mantêm outro vínculo de trabalho além da UFES, está também relacionada à busca por manter-se no mercado de trabalho após o desligamento da universidade e por melhores salários (SABINO, 2015).

16% dos professores substitutos te jornada de trabalho semanal equivalente a 20h, 81% responderam que esta jornada é de 40h e 3% não responderam. Todavia, a delimitação da jornada de trabalho do professor não faz com que, necessariamente, seu trabalho fique restrito ao tempo previamente acordado no contrato de trabalho. Além disso, o crescente uso de algumas tecnologias, principalmente as informacionais, permite a intensificação do trabalho intelectual mesmo que se obedeça ao tempo de trabalho pré-determinado pela jornada (SABINO, 2015).

Em outros casos, a jornada de trabalho docente se estende para os finais de semana, feriados e até mesmo para as férias, como demonstrou a pesquisa. Quando perguntados acerca da frequência de trabalho fora do expediente: 26% afirmaram que algumas vezes no mês trabalham fora do expediente; 24% afirmaram que isso ocorre algumas vezes na semana; 39% disseram que isto ocorre diariamente e 11% não responderam. O acúmulo de trabalho é uma fonte de sobrecarga e desgaste para este professor à medida que subtrai seu tempo de vida, reduzindo-o a tempo de trabalho. A lógica do sistema capitalista é exatamente esta: converter todo o tempo do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalhador em tempo de trabalho. O professor substituto fica, por vezes, refém da vida reduzida ao trabalho.

Quando perguntados se sua remuneração corresponde ao trabalho que lhe é designado: 37% dos participantes responderam que sim; 55% responderam que não e 8% não responderam. Os professores substitutos que responderam que sua remuneração não corresponde à intensidade do trabalho que lhe é designado, contam que o planejamento das aulas exige muito trabalho, que o ensino exige um alto grau de responsabilidade por se tratar de uma universidade, que este trabalho requer muita dedicação, que sentem falta de apoio em termos didáticos, que o mercado oferece mais em termos salariais do que a universidade e que a necessidade de dominar o conteúdo das disciplinas num curto tempo gera sobrecarga e insegurança (SABINO, 2015).

A intensidade do trabalho em relação aos salários se expressa na fala de alguns professores⁹, como pode ser observado:

Muito baixos e desproporcionais pela carga de trabalho que nos é imposta. Em 1 ano de substituto dei 12 disciplinas (PROFESSOR I).

[...] os horários podem variar entre manhã, tarde e noite. Em um período, ministrei aulas nas manhãs, tardes e noites em três disciplinas diferentes. Isso dificultava muito a organização da agenda de outras atividades pessoais. Se eu não morasse em um bairro próximo a UFES (pagando aluguel) seria inviável trabalhar (PROFESSOR X).

Essas transformações que, de algum modo, conferem uma nova precariedade ao trabalho assalariado se refletem também em um novo quadro de adoecimentos laborais que caracterizam estas primeiras décadas dos anos 2000, dos quais os transtornos psicossociais são uma latente expressão.

⁹ Os participantes da pesquisa, quando citados, serão identificados por letra(s) alfabética(s) escolhidas aleatoriamente, como forma de assegurar o anonimato destes trabalhadores.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

No entanto, é preciso entender que todo trabalho articula prazer e sofrimento (DEJOURS, 1992). A satisfação no trabalho está ligada ao prazer que o sujeito encontra nesta atividade. Ao mesmo tempo em que o trabalho pode promover sentimentos de prazer e realização, ele é também desafio e, nesse sentido, necessariamente produz sofrimento: coloca o trabalhador diante de impasses, quando não sabe o que fazer, nem como lidar com os desafios e o sofrimento (SABINO, 2015).

O prazer, relatado pelos professores substitutos, esteve relacionado à alegria, à possibilidade de fazer o que se gosta no trabalho, à realização com o aprendizado dos alunos e com estes, à dedicação e interesse dos alunos, à autonomia no exercício do trabalho, ao ambiente de bom nível intelectual, assim como de boas relações com os demais docentes, à certeza da remuneração, à liberdade de pensamento e de expressão que se tem na universidade e ainda ao reconhecimento dos alunos que é, segundo um participante, gratificante. Outro participante também relatou que se sente livre para planejar seus horários (SABINO, 2015).

Já o sofrimento se expressou por meio das sensações de cansaço, de ansiedade, de estresse, de preocupação com o futuro, de insegurança, de medo, de indignação diante da precariedade da universidade, de incerteza, angústia e decepção. A sobrecarga de trabalho também surgiu como sensação de desconforto, um professor substituto relatou que a redução das horas de sono acarretou em ansiedade e ganho de peso. Outro participante citou como desconforto que, às vezes, sente algum sintoma depressivo. Alguns sintomas físicos, tais como: dores nas costas, insônia, inflamação na garganta e rouquidão também foram relatados (SABINO, 2015).

Quando perguntados sobre o quê no trabalho lhes trazem mais insatisfações, cinco participantes não responderam. De modo geral, os professores substitutos mencionam queixas principalmente no que diz respeito ao baixo rendimento e falta de interesse dos alunos. Alguns relataram que há dificuldade dos alunos cumprirem horários e prazos, assim como de lerem textos, de frequentarem assiduamente às aulas e terem compromisso com a graduação. A carência

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de manutenção dos prédios e dos equipamentos e a falta de apoio administrativo e pedagógico também são motivos de insatisfação no trabalho (SABINO, 2015).

Analisar e discutir a saúde do trabalhador numa perspectiva crítica requer não deixar essa faceta da precarização do trabalho assalariado a cargo exclusivo dos especialistas do saber médico, a fim de dar visibilidade às razões do adoecimento laboral. Principalmente se considera que os transtornos psíquicos, enquanto doenças que não se manifestam no corpo, tendem a ser silenciados pela invisibilidade. Não é o trabalho que leva o trabalhador ao adoecimento, porém as relações sociais estranhadas próprias ao modo de produção capitalista (ALVES, 2013).

Diante do exposto, pode-se perceber que a precarização do trabalho no serviço público tem incidido sobre os trabalhadores independentes do vínculo de trabalho que possuem. Assim, tanto o trabalhador estável como o trabalhador contratado tem tido a sua saúde afetada devido à precarização dos processos de trabalho, tal como as demais consequências da reestruturação produtiva com danos físicos e psíquicos à sua saúde (MOTA, 2011).

Pode-se perceber também que a precarização do trabalho se configura de forma semelhante pelo menos em dois estados do Brasil (Rio de Janeiro e Espírito Santo), em duas universidades importantes para os esses estados, caracterizando um quadro que provavelmente não pertence apenas aos lugares referidos, mas sim à uma estrutura maior de privatização dos espaços públicos, esvaziamento e desqualificação dos seus trabalhadores, além de ambientes de trabalho propositivos as cargas sociais (FREIRE, 2003), que desencadeiam o assédio moral, discriminação, dentre outros modelos de opressões no ambiente de trabalho.

4. Considerações finais

As medidas adotadas pelo Estado brasileiro em relação à (des)regulamentação da força de trabalho, acentua a precarização do trabalho, perpassando até mesmo os serviços públicos, como é o caso das universidades públicas brasileiras. Tais medidas aprofundam as situações de adoecimentos e sofrimento psíquico no trabalho, repercutindo nas demais esferas da vida do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalhador mediante a impossibilidade de dissociar tempo de vida no trabalho e tempo fora dele (DEJOURS, 1992; ALVES, 2013).

Nas instituições públicas, essa questão se agrava diante do desmonte do Estado que vem, junto ao grande capital, precarizando o serviço público, assim como os trabalhadores e sua saúde, não apenas pelas condições físicas e materiais de trabalho, como já foi afirmado anteriormente, mas também pela falta de recursos humanos suficientes, por exemplo.

Esse aprofundamento da precarização subalterniza ainda mais os servidores, fragmenta estes trabalhadores e isola-os como se o adoecimento e o sofrimento se dessem por causas individuais e não sociais, produtos de processos históricos (LAURELL, 1982). A incomunicabilidade, a insegurança, a carência de perspectivas futuras, o descontrole existencial e a invisibilidade social decorrem deste processo (ALVES, 2013).

A análise e a atuação sobre a saúde desses trabalhadores necessita ter uma direção política clara dentro da perspectiva da Saúde do Trabalhador como preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, assim como pela perspectiva crítica do Serviço Social. Percebe-se a necessidade de ser o trabalhador o sujeito no que diz respeito a sua saúde, tendo em vista que não há ninguém que saiba mais do seu processo saúde doença que o próprio trabalhador.

O estudo aqui exposto também mostra que diante da intensa precarização dos processos de trabalho, a fala e a vivência do trabalhador vai revelar as ações que precisam ser tomadas, principalmente no que diz respeito a ações política com caráter de classe.

Assim, as considerações aqui feitas buscam fomentar no leitor a compreensão da importância em pensar, discutir e elaborar alternativas para a saúde dos trabalhadores, tendo em vista que os novos modelos de gestão capitalista vêm tentando calar o que precisa ser ouvido através da exploração não só física, mas também psíquica, onde os trabalhadores em questão não escapam dessa realidade.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Referências

ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, G.. Apresentação. In: _____. *O trabalho do juiz*. Bauru: Canal 6, 2014, p.9-10.

ANTUNES, R. A precarização estrutural do trabalho em escala global. In: _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13^a ed. São Paulo: Cortez, 2008a, p.103-109.

_____. As formas de padecimento no trabalho. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n.4, p. 7-8, 2008b.

ARBEX, A.P.S.; SOUZA, K.R.; MENDONÇA, A.L. O. Trabalho docente readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol.23, n.1, p. 263 – 284, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73312013000100015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 15 de Março de 2013.

BATISTELLA, C. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. . In: Fonseca, A. F.; Corbo, A. D. (Orgs.). *O território e o processo saúde doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 25-49.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, L.H.. Trabalho e doença mental: reconhecimento social do nexso trabalho e doença mental. In: Filho, J.F.S.; Jardim, S. (Orgs.). *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Te Corá, 2011, p.193 – 201.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.15, n. 01, p.81-100, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. *Lei n° 8.080, de 19 de Setembro de 1990* (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:
<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>> Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. *Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993*. (1993) Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art.37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18745cons.htm> Acesso em: 19 de abril de 2014.

_____. *Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde*. Brasília. Disponível em:
<http://www.abrasme.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3701> Acesso em: 30 de maio de 2014.

BRAVERMAN, H. Gerência científica. In: _____. *Trabaho e capital monopolista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.82-111.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> Acesso em: 08 de julho de 2013.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2004, p. 53-54.

FREIRE, L.M.B. Os novos desafios no mundo do trabalho e a saúde do trabalhador. In: *O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 31-54.

GHISLENI, A.P.; MERLO, A.R.C. (2005).Trabalhador contemporâneo e patologias por hipersolicitação. Rio Grande do Sul: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.18, n. 2. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 20 de junho de 2013.

IASI, M. L. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: Lourenço, E. (Orgs.) et al. *O avesso do trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.61-83.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

LAURELL, A. C.. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, v. 2, p.7—25, 1982.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. In: _____. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989, p.99-144.

LEHER, R. Considerações sobre o anteprojeto da lei da educação superior. [Versão Eletrônica]. *Linhas Críticas*, v.11, n.20, p. 139-148, 2005.

Lemos, D. *Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LEMOS, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Caderno CRH* 24 (spe 01), p.105-120, 2011.

LIMA, K. R. de S. O banco mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Katálisis* v.14, n.01, p.89-94, 2011.

MARX, K. A lei enquanto tal. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*: Livro III. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1984, p.163-176.

_____. Causas contrariantes. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*: Livro III. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1984, p.177-182.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências de Previdência e da Assistência brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A.E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: Mota, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.23-44.

NETTO, J.P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. (2007). Trabalho, sociedade e valor. In: _____. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.29-53.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

OLIVEIRA, L. S. da S. *A readaptação funcional: geração de sofrimento psíquico para os trabalhadores?* [Mimeo]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

PAIVA, M. J. de; VASCONCELLOS, L. C. F. de. Modelo operário italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L. C. F. de; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011, p.357-399.

PENA, P.G.L.; GOMES, A. R. A exploração do corpo ao longo da história. In: Vasconcellos, L. C. F. de; Oliveira, M. H. B. (Orgs.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011, p.85-123.

SABINO, D. K. C. *Precarização do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador: os professores substitutos da Ufes*. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Quadro de Recursos Humanos por Situação Funcional e Cargo*. Disponível em:
<[http://progep.ufes.br/sites/default/files/Quadro de Recursos Humanos da Universidade.pdf](http://progep.ufes.br/sites/default/files/Quadro_de_Recursos_Humanos_da_Universidade.pdf)>
Acesso em: 04 de junho de 2014.

VASCONCELLOS, L.C.F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: Vasconcellos, L.C.F.; Oliveira, M.H. B. (Org.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011, p.401-422.